



Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmiento

PODER POLÍTICO E SOCIEDADE CIVIL EM GUIMARÃES.

TEIXEIRA, Francisco

Ano: 1993 | Número: 103

Como citar este documento:

TEIXEIRA, Francisco, Poder político e Sociedade Civil em Guimarães. *Revista de Guimarães*, 103 Jan.-Dez. 1993, p. 475-479.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmiento, 51
4800-432 Guimarães
E-mail: geral@csarmiento.uminho.pt
URL: www.csarmiento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>



casadesarmento

centro de estudos do património

Poder político e sociedade civil em Guimarães

Francisco Teixeira

Revista de Guimarães, n.º 103, 1993, pp. 475-479

Ao longo de vários anos, disse-se, as prioridades do poder político e particularmente da Câmara de Guimarães, foram tomadas no exterior dos órgãos próprios, à revelia dos esquemas de representação democráticos. Não se tratará aqui, obviamente, de nenhum esquema perversamente ilegal, conspirativo e imoral. tratar-se-ia, antes de mais, do resultado da fragilidade de sucessivos poderes autárquicos e partidários, incapazes de resistirem às pressões mais ou menos organizadas de grupos daquilo a que se convencionou chamar a "sociedade civil". A ajudar a tudo isto, ao longo de muitos e muitos anos, após o 25 de Abril de 1974, uma lei eleitoral autárquica que potenciava e potencia a formação de poderes políticos espartilhados, ao sabor de compromissos de ocasião ou, então, de perspectivação eleitoral. Em nome da colegialidade paralisaram-se sucessivamente executivos, parlamentarizaram-nos sempre e sempre em nome da administração.

Não que esta lei eleitoral autárquica não permita a criação de maiorias responsabilizadoras, que obviamente o permite, mas certamente que o dificulta absurdamente, sobretudo onde o eleitorado e as elites com as suas infinitas sabedorias não souberam criar lideranças políticas fortes.

Analisemos Guimarães, por exemplo, ao nível dos equipamentos sociais ou recreativos. Ao longo destes anos todos, os executivos têm

prosseguido a lógica da resposta positiva (ainda que não apetecida) aos apelos das instituições sociais, criando um conjunto de equipamentos bastante razoáveis mas absolutamente fora do controle da administração local, o que, em si, não é bom nem mau. A verdade é que nenhum destes equipamentos (onde inclui o pavilhão do D.F.H.; o novo estádio do Vitória - e chamo-lhe assim porque foi a Câmara de Guimarães que praticamente pagou toda a sua actual configuração; a piscina dos Bombeiros; parte do complexo desportivo do Vitória; parte do pavilhão do Fermentões; e um enorme conjunto de pequenos equipamentos pelo Concelho fora) é visto ou contabilizado como investimento municipal, quer porque não é gerido por ele, quer porque por esse meio a sua utilização social é mais reduzida, o que não quer dizer que não seja intensa. Mas, de um modo ou de outro, todos estes equipamentos resultaram não da decisão política dos autarcas e dos políticos, mas do movimento associativo e social que, a bem ou a mal, os conseguiram impor aos decisores políticos.

O próprio desenvolvimento urbanístico, bom grado o facto de este pelouro municipal ter permanecido nos últimos 7 anos, exceptuando os 3 últimos anos de gestão socialista, na mão do mesmo partido, foi incapaz de assentar bases objectivas e rigorosas orientadoras do nosso crescimento. Mesmo os planos de urbanização existentes foram obrigados a ser completamente revistos nos últimos anos, mercê da sua mais absoluta desadequação com a realidade. E foi assim sobretudo porque os interesses cooperativos e privados sempre souberam suplantar o interesse público e condicionaram o pensamento político. Não se entende de outro modo que só agora se esteja a concluir o Plano Director Municipal, instrumento, mesmo para os mais leigos, absolutamente essencial, se queremos dar um sentido, ainda que seja mínimo, ao nosso desenvolvimento.

A somar a tudo isto, temos a força emergente das comunidades rurais que, dadas as características sócio-económicas do nosso concelho, se impõe pelo seu número no interior dos partidos políticos e pela sua acutilância no aproveitamento das constantes divisões do poder da Câmara Municipal.

Alguns dos que estão aqui conhecem muitíssimo bem a retórica destinada a convencer os Presidentes de Junta até há bem poucos anos utilizada, sobretudo, no seio da Assembleia Municipal de Guimarães. Esta enormíssima força de pressão, somada ao facto de viverem fora da cidade mais de 70% dos eleitores e dos residentes, no que isso representa de força política e necessidades sociais, sempre fizeram balançar o coração e a razão da maior parte dos políticos vimaranenses divididos entre as necessidades efectivas das comunidades mais ruralizadas e/ou polarizadas, e o seu desejo de construir, consolidar e fazer crescer uma cidade de raízes culturais e históricas que nos responsabiliza a todos.

Sem força política os vários corações balançaram sobretudo ao sabor de quem tinha mais força.

Logo após o 25 de Abril de 1974, Guimarães, ao contrário de outros concelhos que nos envolvem geograficamente, não soube criar lideranças políticas fortes, penso que porque as elites sociais vimaranenses da altura (que são as mesmas de hoje) não souberam miscegenar-se e responder às ansiedades de outras camadas sociais e económicas mais débeis, que são quem no nosso concelho garante os sucessos eleitorais.

Mas tudo indica que as coisas estão a mudar; que os cidadãos reconhecem a necessidade de um poder político autárquico forte, capaz de definir com clareza linhas de desenvolvimento para o futuro e que para além de sonhar seja capaz de executar, com humildade mas com determinação, os projectos e os planos que urge ver materializados.

Sou, pois, claramente, a favor de uma lei eleitoral autárquica presidencialista com o necessário e óbvio equilíbrio de poderes fiscalizadores por parte da Assembleia Municipal.

Penso que é altura de dar, em Guimarães, rosto ao poder e fazê-lo capaz de dialogar frutiferamente com a sociedade civil, de um modo desinibido e descomprometido, sem medo ou cedências aos "timings" eleitorais, capaz de executar a sua política sufragada pelo eleitorado, sereno perante os contra-poderes emergentes, os interesses

particulares ou as mentalidades que constantemente se pretendem pendurar no subsídio do Estado, seja ele Autarquia ou Governo.

O fortalecimento da sociedade civil não deve passar, no meu entender, pela fragilização das ideias políticas ou da firmeza das convicções, mas pela criação de condições sociais que permitam o seu desenvolvimento fora da tutela do Estado. Por outro lado, a sociedade civil tem de se saber desenvolver, não contra o estado, reagindo por reflexos condicionados a este, mas dando qualidade aos seus espaços de intervenção, alargando-os. Não se deve organizar como conjunto de entidades que pressionam em busca de subsídio, mas como conjunto de entidades em busca de um espaço social alternativo.

E digo isto porque há certamente em Guimarães quem julgue que as políticas sectoriais e globais das diversas Câmaras, eleitas e sufragadas democraticamente, deveriam ser conduzidas e decididas noutros lugares que não os de legítima eleição. Penso, até, que as coisas foram assim ao longo de muitos anos na nossa terra. Não que não se deva dialogar com a comunidade. Antes pelo contrário. Penso até que as políticas podem e devem ser sucessivamente corrigidas conforme os estímulos da sociedade, quando estes se mostrem fiáveis. Porém, agora, entre nós, a urgência é outra. É de se ser capaz de se separar o trigo do joio; os interesses cooperativos, dos interesses públicos, ouvindo sempre, mas sempre, de modo e ouvido apurado, por um lado a fonte própria da legitimidade democrática que é o povo, e por outro as elites e as corporações, em diálogo vivo, sério e desinibido.

Daqui a 10 anos, Guimarães será um concelho completamente diferente. A cidade crescerá exponencialmente, em fogos e em população, as zonas rurais, ainda que nunca vejam todos os seus problemas resolvidos, terão o essencial feito, e verão a sua qualidade de vida dar um salto que nem todos hoje são capazes de perspectivar, tendo em conta o ritmo dos investimentos na área rural. A vida Universitária de Guimarães será uma realidade importante, grande parte das mais importantes acessibilidades locais e regionais estarão concretizadas, alguns problemas ambientais graves terão consolidado



casadesarmento

centro de estudos do património

instrumentos para os combater. A mais jovem população do País será adulta.

Humildemente, sabemos todos estar à altura das responsabilidades e dos desafios que hoje se nos apresentam já como realidades.

Guimarães, 6 de Dezembro de 1992